



## VIOLÊNCIA DE GÊNERO

# Crimes contra a mulher crescem na pandemia

Apesar do recuo nos índices de feminicídio, demais tipificações aumentaram entre 2020 e 2021, aponta estudo

» TAINÁ ANDRADE

Apesar de ter ocorrido queda no registro de feminicídios entre 2020 e 2021, anos da pandemia, houve o aumento de outros tipos de crimes de gênero. O dado foi divulgado em levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, por meio do Anuário de 2022. O compilado traz dados inéditos, como os relacionados à perseguição e à violência psicológica, possibilitados em função de mudanças em leis. Anteriormente, tais casos não estavam previstos nas normas brasileiras e, por isso, não eram mapeados. O levantamento chegou a coletar 27.722 registros de perseguição e 8.390 casos de abuso psicológico em 2021.

Houve piora nos índices de ameaças (aumento de 3,3%), lesões corporais (aumento de 0,6%), assédio sexual (aumento de 6,6%) e importunação sexual (aumento de 17,8%), conforme o Anuário. Esse pode ter sido um dos efeitos da incorporação de alguns tipos penais em Boletim de Ocorrência Online, em quase todas as Unidades da Federação. Essa foi uma ação — em alguns estados, inédita — que abriu a possibilidade de a vítima fazer o registro da violência de forma on-line, inclusive via celular, tablet ou computador, sem precisar ir até uma delegacia, facilitando as denúncias.

Além disso, as ligações realizadas para o número de emergência (190) também tiveram um salto de 4% entre 2020 e 2021. Foram mais de 23 mil chamadas, o que significa dizer que uma pessoa ligou a cada minuto, em 2021. Na maior parte dos casos, foram registradas denúncias de lesão corporal ocorridas dentro do ambiente familiar — local onde a violência contra a mulher costuma acontecer em 65,6% dos casos.

“Mais pessoas têm procurado as instituições policiais em busca de ajuda, o que pode indicar que as mulheres têm sofrido mais violência ou que as pessoas estão menos tolerantes às violências cometidas contra a mulher no âmbito doméstico, já

## Cenário da violência contra mulher no Brasil

Entre 2020 e 2021, período da pandemia, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública registrou uma queda nos feminicídios, mas não da violência contra a mulher



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública



**Como esse é um crime que tem aspectos histórico-culturais muito fortes, a gente aprende desde muito cedo quais são papéis sociais esperados de homens e mulheres. É preciso trazer essa discussão, falar sobre violências, igualdade de gênero**

**Juliana Martins**, coordenadora institucional do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

### LEVANTAMENTOS INÉDITOS:

Casos de 2021

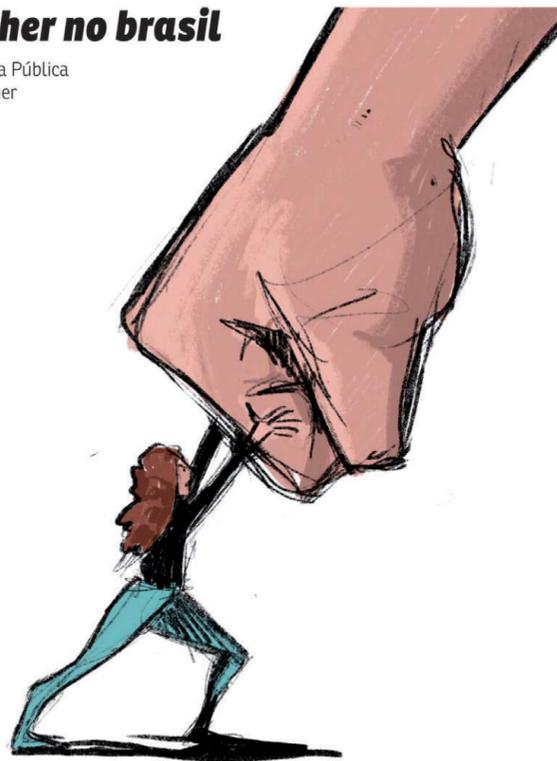
**27.722 casos**  
Perseguição (stalking)

**8.390 casos**  
Violência psicológica

**3.181 casos**  
Crime de divulgação de cena de estupro/estupro de vulnerável, sexo e pornografia

Crescimento de **22,7%** em relação a 2020

Chamadas para o número de emergência (**190**) tiveram um salto de **4%** entre os dois anos. Foram mais de **23 mil** ligações, o que significa que uma pessoa ligou a cada minuto, em 2021.



que a ligação para a emergência não precisa ser feita pela vítima”, detalhou o estudo.

### Questão racial

Apesar do aumento de registros, o anuário demonstra que há um recorte no raio-x da violência contra as mulheres que ainda é subnotificado: os casos em que as vítimas são mulheres negras. “Levanta-se a hipótese de que as autoridades policiais enquadraram menos os homicídios de mulheres negras enquanto feminicídio. Ou seja, mais mulheres negras, mesmo sendo mortas pela condição de ser mulher, são incluídas na categoria de homicídio doloso e não feminicídio, o que parece acontecer menos com as mulheres brancas”, evidenciou o documento.

Outro ponto de atenção trazido no estudo é pela política do governo federal de incentivo às armas. O levantamento alerta

para evidências de que flexibilizações na legislação relacionada ao armamento da população podem causar o aumento dos feminicídios. Isso porque o crime é diferente de uma violência urbana, que acontece nas vias públicas. “Estamos falando de violências intrafamiliares, que acontecem dentro de casa, cometidos por pessoas com quem se tem vínculo afetivo na maioria das vezes. Não é uma violência urbana, cometida fora de casa. Por isso, não se pode podar o debate”, frisou a coordenadora institucional do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Juliana Martins.

### Distrito Federal

Ainda que os dados de homicídios tenham caído, o Brasil possui regiões que seguem na contramão do restante do país, com altas taxas. Nacionalmente, a proporção é de que, a

cada 100 homicídios cometidos contra mulheres, 34,6 são enquadrados como feminicídio. No Distrito Federal a proporção é maior: 58,1% dos homicídios contra mulheres são julgados como feminicídio. Juliana indica que essa porcentagem pode ser justificada pelo DF ser uma das unidades federativas com forças policiais que desenvolvem ações para aprimorar o olhar de gênero dos policiais em relação ao enfrentamento desta violência.

“O DF enfrentou muitos casos em que o autor dos crimes era policial. Como esse é um crime que tem aspectos histórico-culturais muito fortes, a gente aprende desde muito cedo quais são papéis sociais esperados de homens e mulheres. É preciso trazer essa discussão, falar sobre igualdade de gênero, sobre violências, sobre educação sexual saudável nas escolas”, explicou.

# Número de CACs dispara 82,5% desde 2018

» HENRIQUE LESSA

Os registros de Caçadores, Atiradores e Colecionadores (CACs) dispararam durante o governo do presidente Jair Bolsonaro. Segundo dados levantados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, com base em informações do Exército, o número de CACs no país passou de aproximadamente 117 mil, em 2018, para mais de 670 mil esse ano — um aumento de 82,5% em menos de quatro anos.

Como o **Correio** revelou recentemente, o número de clubes de tiro e lojas de armas cresceu no país em mais de 41% nos últimos meses, o que acompanha a tendência de explosão nos registros de CACs.

O número de CACs já supera o total da soma dos efetivos das polícias militares dos estados. Apesar dos dados fornecidos pelo Exército não precisarem os tipos e modelos dos armamentos e munições comprados e registrados pelos atiradores, devido a diferenças nas bases de dados de registro das diferentes regiões militares do país, o arsenal nas mãos de civis chega a quase 3

milhões de armas, incluindo armas de calibre restrito, como fuzis.

O aumento na facilidade de registro e a compra legal de armamento, inclusive os de grosso calibre, como os fuzis, acabam por ter um efeito reverso. Não é raro que tais armas, adquiridas dentro da legalidade, acabem nas mãos de organizações criminosas por todo país.

O policial federal, dirigente sindical, e membro do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Roberto Uchôa destaca que nunca foi tão fácil conseguir armamento pesado no Brasil. “O criminoso agora pode usar laranjas, pode ele mesmo comprar, já que o Exército não verifica se a pessoa é criminosa ou não, além de poder furtar várias armas de residências ou carros”, apontou.

Uchôa exemplifica seu argumento citando diversos casos de prisões de CACs ligados a organizações criminosas. Conforme explicou o policial, esses CACs traficavam armas compradas legalmente para essas facções, como o caso do armeiro de uma organização paulista. Além disso, Uchôa explica que

Marco Antonio Teixeira/MPIX/CPB



Número de CACs supera soma dos efetivos das polícias militares nos estados

o tráfico de armas não tem limites territoriais — o que significa dizer que armas compradas legalmente no Rio Grande do Sul, por exemplo, podem acabar nas mãos do crime nos morros do Rio de Janeiro, ou em

qualquer outra parte do país.

Contatado, o Exército não respondeu até o momento os questionamentos da reportagem sobre os dados apresentados. O espaço segue aberto.

### Bancada da Bala

Os defensores do armamento, representados pela associação Proarmas, vêm se organizando institucionalmente para garantir a representatividade no Congresso Nacional para a próxima legislatura. Nestas eleições, o grupo espera constituir a maior bancada da bala já vista no Congresso.

A associação liderada pelo advogado Marcos Pollon, lançará, em diversos estados, 27 candidaturas que, financiadas pela entidade, devem ser acompanhadas de perto durante um possível mandato. Para Roberto Uchôa, o grupo apresenta um potencial risco à democracia.

O perfil desta nova bancada da bala deve diferir das anteriores. A ideologia focará exclusivamente na liberação armamentista, sem a pretensão de apresentar um projeto mais amplo de segurança pública. O grupo também buscará atuar no parlamento na busca por diminuir os controles e exigências para a compra de munições.

## CIÊNCIA

# Cortes de verba freiam colaboração internacional

» RAPHAEL PATI\*  
» ISABEL DOURADO\*

O fomento à ciência e tecnologia no país passa por um momento de baixa. Com um cenário complexo pós-pandemia, as universidades lutaram para manter a qualidade da produção de conhecimento. As dificuldades e os possíveis caminhos a seguir foram evidenciados no terceiro dia do 74º Encontro Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que ocorre até sábado, na Universidade de Brasília (UnB).

Para o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Luiz Davidovich, urge a necessidade de que o Brasil aumente os investimentos na área de pesquisa e desenvolvimento. Davidovich destacou que a comunidade científica tem trabalhado intensamente, especialmente na área da saúde. Ele citou, por exemplo, a atuação da Fiocruz, do Sistema Único de Saúde (SUS), do Instituto Oswaldo Cruz no enfrentamento da pandemia de covid-19.

“É impressionante a atuação que temos na saúde mesmo com os ataques orçamentários na ciência. O Brasil tem infraestrutura para colaboração internacional, mas temos falta de apoio em pesquisa”, destacou. Outro exemplo citado é o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que conta com significativa estrutura, mas que sofreu uma série de cortes no governo atual — a ponto de, em janeiro, o Instituto anunciar o desmonte da equipe que monitora o desmatamento do Cerrado por falta de verbas.

O ex-ministro da Ciência e Tecnologia Sérgio Machado Rezende apontou que o maior percalço enfrentado para o avanço da ciência é a queda de investimentos em fundos de apoio à pesquisa científica e tecnológica, tais como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

O ex-ministro enfatizou que o Brasil tem tropeçado e sofrido diversos retrocessos nos últimos anos. “Sem dúvidas nós teríamos mais resultados se não tivéssemos tantos sobes e desces nos governos. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) oscila permanentemente por conta da descontinuidade de um governo após o outro”, frisou.

### Investimento

Em 2014, último ano em que houve patamares suficientes de investimentos, segundo os pesquisadores, a verba destinada à educação superior pública ultrapassava os R\$ 3 bilhões. No ano seguinte, o número caiu para menos de R\$ 1 bilhão, conforme dados de estudo divulgado durante o encontro. A partir de 2015, as universidades federais do Brasil tiveram reduções significativamente os aportes do Executivo.

Para a professora Soraya Soubhi Smaili, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), alguns artifícios podem ajudar no desenvolvimento da educação superior e da ciência no Brasil, como a criação de um plano nacional para a educação.

“Um plano que resgate as diversas dimensões que compõem a humanidade, do que nós somos, como a dimensão cultural, é tão importante quanto salvar a educação”, avaliou.

\*Estagiários sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza